

# GAZETA DE J A



# DO RIO N.º EIRO.

SABBADO 9 DE MARÇO DE 1816.

*Doctrina . . . vim promovet insitam,*

*Rectique cultus pectora roborant. H O R A T I.*

*Nota entregue pelo Visconde Castlereagh aos Ministros Aliados, e inserida no seu Protocolo. — Paris 11 de Setembro de 1815.*

**H**AVENDO o Papa, o Grão Duque de Toscana, o Rei dos Paizes Baixos, e outros Soberanos dirigido aos Ministros das Potencias Alliadas representações, em que reclamão por intervenção das Altas Potencias Alliadas a restituição das estatuas, pinturas, e outras obras de arte, das quizes seus respectivos Estados forão esbulhados successiva e systematicamente pelo extinto Governo revolucionario de *França*, contra o principio de justiça, e os usos da guerra moderna, e havendo recorrido á consideração da sua Corte, o abaixo assignado recebeu ordens do Príncipe Regente para submeter á consideração dos Alliados as seguintes reflexões sobre este interessante objecto.

Pela segunda vez as Potencias da *Europa* forão obrigadas, para desafogar suas liberdades, e para descanso do Mundo, a invadirem a *França*, e por duas vezes os seus exercitos tem tomado posse da Capital do Estado, em que então accumulados aquelles despojos da maior parte da *Europa*.

O legitimo Soberano de *França*, debaixo da protecção daquelles exercitos, pôde reassumir seu throno, e negociar para seu povo huma paz com os Alliados, a cujas assignadas indulgencias nem o seu comportamento para com o seu Monarca, nem para com os outros Estados, lhe davão justas pretensões de aspirar.

Que os seus puros sentimentos de attenção a *Luiz XVIII*, contemplação á sua antiga e illustre Casa, e respeito ás suas desgraças, tem guardado invariavelmente os Conselhos Alliados, se provou fóra de questão, quando elles o anno passa-

do cimentarão o Tratado de *Paris* expressamente sobre a base de conservar á *França* sua completa integridade, e ainda mais depois da sua ultima falsidade, pelos esforços, que outra vez estão fazendo, para combinar ultimamente a integridade substancial da *França* com hum conveniente systema de precaução temporaria, que satisfaça ao que elles devem á segurança de seus vassallos.

Mas seria o cumulo de fraqueza, e de injustiça, e em seus effeitos muito mais capaz de desgarrar do que de conduzir o povo da *França* a habitos moraes e pacificos, se os Soberanos Alliados, em que o Mundo tem com impaciencia os olhos fitos para protecção e descanso, houversem de negar aquelle principio de integridade em sua applicação justa e liberal ás outras nações suas Alliadas (mais particularmente ás fracas e sem armamento), que vão segunda vez conceder a huma nação, contra a qual tanto tempo estiverão em guerra.

Sobre que principio pôde a *França*, no cabo de semelhante guerra, esperar ficar com a mesma extensão de possessões, que tinha antes da Revolução, e dezerse ao mesmo tempo ter os ornados despojos de todos os outros paizes? Será porque ha duvida no resultado da contenda, ou no poder dos Alliados, para effectuarem o que requer a justiça, e a politica? Senão, porque principio privar a *França* das suas ultimas acquisições territoriaes, e conservar-lhe as espolições pertencentes a aquelles territorios, as quaes todos os Conquistadores modernos tem constantemente respeitado, como inseparaveis do paiz, a que pertencião?

Os Soberanos Alliados tem por ventura alguma cousa que expiar com a *Europa* em consequencia da seu comportamento quando o anno passado estiverão em *Paris*. He verdade que elles nunca se fizeram complices do crime da quella massa

de roubos até a sancioná-la por alguma estipulação em seus tratados; tal reconhecimento foi recusado uniformemente da sua parte; mas elles certamente empregarão sua influencia para reprimir naquelle momento toda a agitação de suas reclamações, esperando que a *França*, não menos subjugada por sua generosidade do que pelas suas armas, estaria disposta a conservar inviolavel hum tratado, que desveladamente se havia construido para servir de vinculo de reconciliação entre a nação e o Rei. Tinha igual razão para esperar que Sua Magestade voluntariamente se lembrasse de restituir ao menos hum porção consideravel daquelles despojos aos seus proprietarios.

Mas agora a questão he muito differente, e seguir o mesmo trilho em circumstancias alteradas tão essencialmente, seria, no sentir do Principe Regente, igualmente indiscreto para com a *França*, e injusto para com os nossos Alliados, que sem hum interesse directo nesta questão.

Sua Alteza Real, assentando nesta opinião, julga necessario evitar qualquer má intelligencia.

Emquanto julga do dever dos Soberanos Alliados não só não embarçar, mas facilitar, na presente occasião, a volta daquelles objectos aos lugares donde foram arrancados, parece não menos conforme com a sua delicadeza não consentir que a posição de seus exercitos na *França*, ou a separação daquellas obras do *Louvre*, sejam meios, quer directos quer indirectos, de levarem para os seus dominios hum só artigo, que não pertencesse de direito na época da sua conquista já ás suas respectivas collecções de familia, já aos paizes, sobre que actualmente reinão.

Qualquer valor que o Principe Regente dê a tres esmeras das bellas artes, se de outra sorte forem adquiridas, elle não deseja possuilos a custo da *França*, ou antes dos paizes, a que de direito pertencem, mais especialmente seguindo hum principio de guerra, que faz vergonha á nação, que o adoptou, e bem longe de dezer tirar partido da occasião para comprar aos legitimos proprietarios alguns artigos, que por considerações pecuniarias estivessem dispostos a ceder-lhe, Sua Alteza Real ao contrario estaria disposto a ministrar os meios de repô-los nos mesmos templos e galerias, de que tanto tempo foram o ornato.

Se fosse possível que os sentimentos de Sua Alteza Real á pessoa e causa de *Luiz XVIII*, entrassem em duvida, ou que a posição de Sua Magestade Christianissima soffesse injuria aos olhos do seu povo, o Principe Regente não chegaria a esta conclusão sem a mais penosa repugnancia; mas pelo contrario Sua Alteza Real cre realmente que Sua Magestade goza do amor e respeito de seus vassallos, e mediu que os separar daquellas

lembranças de guerra revolucionaria. Estes despojos, que estorvão hum reconciliação moral entre a *França*, e os paizes, que ella invadio, não são necessarios para recordar as façanhas dos seus exercitos, que, sem embargo da causa, em que foram excuradas, farão sempre respeitadas dos estrangeiros as armas da nação. Mas enquanto aquelles objectos ficão em *Paris*, constituindo, como dantes, os titulos dos paizes, que foram cedidos, os sentimentos de reunir aquelles paizes outra vez ao povo *Francês*, nunca se extinguirão totalmente, nem o genio do povo *Francês* se amoldara completamente com a existencia mais limitada assignada á nação sob os *Bourbons*.

Nem esta opinião he dada com algum intento do Principe Regente para humilhar a nação *Franceza*. A politica geral de Sua Alteza Real, o procedimento das suas tropas em *França*, ter aproveitado o primeiro momento da entrega de *Bonaparte* para restituir á *França* a liberdade do seu commercio, e sobre tudo, o desejo, que ha pouco mostrou, de conservar ultimamente a *França* sua integridade territorial, com certas modificações essenciaes á seguridade dos Estados visinhos, são as melhores provas de que esta decisão foi dictada pela consideração da justiça a outros, pelo dezoito de curar as feridas abertas pela revolução, e não por algum sentimento illiberal acerca da *França*.

Toda a questão se reduz a isto: — Fôrmo hoje as Potencias da *Europa* sinceramente hum contrato permanente com o Rei? E se assim he, sobre que principios se concluirá? Será sobre a conservação, ou sobre o abandono das espoliações revolucionarias?

Pôde o Rei erer sua dignidade exalçada, ou melhorada a sua condição, em estar cercado de monumentos da arte, que recordão não menos os soffrimentos da Sua Ilustre Clazza, do que os das outras nações da *Europa*? Se o povo *Francês* dezeja tornar atroz, pôde elle racionalmente conservar esta fonte de rancor entre elles e as outras nações; e se não quer, seria politica honrar a sua vaidade, e nutrir vivas as esperanças, que a contemplação daquelles trophéos deve excitar? Pôde nunca o exercito dezeja lo com cizo? A memoria das suas campanhas nunca pode acabar. Ellas estão recordadas nos annes militares da *Europa*. Ellas estão gravadas nos monumentos publicos da sua patria; para que he necessario associar a sua gloria no campo com hum systema de pillagem, por cuja adopção, contra as leis da guerra moderna, o Chefe, que os conduzio á batalha, de facto manchou o lustre de suas armas?

Se devemos realmente voltar á paz, e ás namas antigas, não pôde ser prudente conservar

...ra, causas do passado; nem o Rei pôde de-  
jar, fóra dos naufragios da revolução, da qual  
sua familia foi huma das victimas principaes, per-  
petuar em sua caza este odioso monopólio das ar-  
tes. A esplendida collecção, que a *Francia* possuía  
antes da revolução, augmentada pela collecção  
*Borgnese*, que depois comprou, (huma das mais  
bellas do mundo) dará ao Rei amplos meios de  
ornar, em huma elegante proporção, a Capital  
do seu Imperio, e S. M. pôde descaitar-se desta  
criminosa origem de distincção, e a prezuzo da  
devida cultura das artes na *Francia*.

Applicando hum remedio a este mal offensi-  
vo, não parece que se possa adoptar algum meio  
termo, que não va reconhecer huma variedade de  
espoliações sob a sombra de tratados, se he pos-  
sível, mais enorme em seu caracter, do que os ac-  
tos de descarada rapina, que deixaro aquelles  
restos.

O principio de propriedade regulado pelas re-  
clamações dos territorios, donde foram tiradas aquel-  
las obras, he a goia mais segura e unica para a  
justiça; e talvez nada tenda mais a restabelecer o  
espírito publico da *Europa* hoje, do que haim si-  
milhante homenagem, da parte do Rei de *França*,  
a hum principio de virtude, conciliação, e  
paz.

(Assignado)

CASTLEREAGH.

*Cópia de huma Nota dirigida pelos Ministros das  
quatro Cortes unidas ao Duque de Ri-  
chelieu, a 20 de Novembro.*

Os abaixo assignados, Ministros dos Gabinetes  
Unidos, tem a honra de communicar a Sua  
Excellencia, o Duque de *Richelieu*, o novo Tra-  
tado de Alliança, que assignarão em nome e  
por ordem de seus Augustos Soberanos; Tratado,  
cujo objecto ha dar aos principios consagrados pe-  
los Tratados de *Chamont* e *Pienna* a applicação  
mais analogá ás presentes circumstancias, e a pren-  
der o destino da *Francia* ao commum interesse da  
*Europa*.

Os Gabinetes Alliados considerão a estabeleci-  
dade da ordem de cousas felizmente restabelecida  
naquelle paiz como huma das bases essenciaes de  
huma tranquillidade solida e duravel. A aquelle  
objecto se dirigirão constantemente seus esforços  
unidos, e o seu sincero desejo, de manter e con-  
solidar o resultado daquelles esforços, dictou to-  
das as estipulações do novo Tratado. Sua Mage-  
stade Christianissima reconhecerá aquelle acto o  
desvelo, com que concertarão as medidas mais pro-  
prias para renovar tudo, quanto possi fóra em  
diante comprometter o descanso interno da *França*,  
e preparar remedios contra os perigos, de  
que pôde ser ameaçada a Authoridade Real, e

a fundação da ordem publica. Os principios e  
intencões dos Soberanos Alliados são invariaveis a  
este respeito. Disto fornecem a prova mais decisi-  
va as obrigações que contrahirão; mas o vivo in-  
teresse, que tomão na satisfação de Sua Mage-  
stade Christianissima, hem como na tranquillidade  
e prosperidade do seu reino, os indêz a esperar  
que os casos, contra os quaes se providenciou obri-  
gações, nunca se hão de realisar.

Os Gabinetes Alliados percebem a primeira  
garantia desta esperanza nos luminosos principios,  
magnanimos sentimentos, e virtudes pessoais da  
Sua Magestade Christianissima. Sua Magestade tem  
reconhecido com elles que em hum Estado, que por  
hum quarto de seculo tem sido despedaçado por  
movimentos revolucionarios, não pertence só a  
força reproduzir a paz nos animos, confiança nos  
corações, e equilibrio nas diferentes partes do  
corpo social; e que a prudencia deve ajuntar-se  
com o vigor, e a moderação com a firmeza para  
obrar aquellas felizes mudanças. Longe de temer  
que Sua Magestade Christianissima queira nunca  
annuir, nem dar ouvidos a conselhos imprudentes  
ou apaixonados, que tendão a fomentar desconten-  
tamentos, renovar sustos, reanimar odios e divi-  
sões, os Gabinetes Alliados estão completamente  
seguros pelas disposições tão sabias como genero-  
sas, que o Rei tem annuciado em todas as  
epocas do seu reino, e particularmente na da sua  
volta depois da ultima usurpação criminosa. Elles  
sabem que Sua Magestade opporá a todos os ini-  
migos do bem publico e da tranquillidade do seu  
Reino, debaixo de qualquer fórmula que se apre-  
sentem, seu affetto ás leis constitucionales promul-  
gadas debaixo dos seus auspicios; sua vontade  
pronunciada decisivamente de ser o pai de todos  
os seus vassallos sem distincção alguma de classe  
ou religião; apagar a mesma lembrança dos ma-  
les, que elles tem soffido, e preservar dos tempos  
passidos só o bem, que a Providencia fez levan-  
tar, ainda no meio das calamidades publicas. Só  
desta maneira os desejos formados pelos Gabinetes  
Alliados para conservação da authoridade constitu-  
cional de Sua Magestade Christianissima, para a  
felicidade do seu paiz, e manutenção da paz do  
mundo, podem ser coronados com hum completo  
sucesso; e a *Francia* restabelecida sobre suas anti-  
gas bases pôde ressumir o lugar, a que he cha-  
mada no systema *Europeo*.

Os abaixo assignados tem a honra de repetir  
a Sua Excellencia o Duque de *Richelieu* sua alta  
consideração.

(Assignados)

METTERNICH.

CASTLEREAGH.

Paris 20 de Novembro de 1815.

HARDENBERG.

CAPO D'ISTRIA.

## NOTÍCIAS MARÍTIMAS.

### ENTRADAS.

*Dia 5 do corrente.* — Pining (ilha de Samatra); 123 dias; G. Laconia, M. Joaquim Antonio Feliciano de Leão, C. a Manoel Homem de Carvalho, pimenta, e cotim. — Macabé; 2 dias; L. Espirito Santo, M. João Affonso de Aguiar, C. a Lourenço Antonio Ferreira, assucar, madeira e café.

*Dia 6 dito.* — (Nenhuma Entrada.)

*Dia 7 dito.* — Rio do Jogo; Pernambuco; 35 dias; G. Ing. Agriable, M. Jonathon Brasbyvante, C. a Brown, Watson, e C.<sup>as</sup>, fazendas, ferragem, manteiga, e outros generos.

### SAÍDAS.

*Dia 5 do corrente.* — Buenos Ayres; B. Pensamento Feliz, M. Salvador Gonçalves, vinho, papel e avelãs.

*Dia 6 dito.* — Santa Catharina; S. Ventura Feliz, M. Antonio Branco, sal, e vinho. — Dito, S. Venus, M. João Antonio Correia, fazendas, e sal. — Rio Grande; S. Palma, M. Francisco José Pacheco, sal, e fazendas. — Rio de S. João; L. S. José, M. José Alves, lastro. — Rio de Ostras; L. Bom Successo, M. José da Silveira, lastro.

*Dia 7 dito.* — S. Sebastião; L. Senhora do Carmo, M. José dos Anjos Gáia, lastro. — Dito; L. Senhora do Amparo, M. Antonio Francisco, sal, fazendas, e vinho. — Villa Rica; L. S. Sebastião, M. Mariano José Ribeiro, sal. — Tagoabi; L. Senhora da Guia, M. Manoel Antonio dos Santos, carne, e sal. — Laguna; L. Pimpão, M. Domingos Fernandes de Oliveira, lastro.

## AVISOS.

Na loja da Gazeta se acha a modernissima obra — *Thesouro de Meninos, resumo d'Historia Natural para uso da Mocidade de ambos os sexos, e instrução de pessoas, que desejão ter noções da Litteratura dos tres Reinos da Natureza*, 2 vol. com figuras por 3:200 réis. — *Lições d'Historia Natural*, 1 vol. 960. — *Passeios instructivos sobre a Historia Natural, Mineralogia, &c.* 2 vol. 1920.

Agostinho da Silva Hofman, Consul Deputado do Imperio da Austria e Cidades Asiaticas, e das duas Sicilias: Director das duas Companhias de Seguros, a Permanente e a Particular, faz publico, que elle se mudou da praça de D. Manoel, para a rua da Alfandega casa N.<sup>o</sup> 1 lado direito, entrando da rua Direita; e faz o seu escriptorio no primeiro andar da dita casa, onde continue tambem a servir os seus Officios de Corretor Jurado e do Banco, e de Traductor publico de Linguas estrangeiras.

Ha para vender no Trapiche do Cielo, huma porção de 50 arrobas de tabaco em folha, chegado ultimamente de Paraguaya; e he muito bom para fazer sigaretos: na rua dos Pescadores N.<sup>o</sup> 25, se achão amositas do mesmo. Toda e qualquer pessoa, que o queira comprar, dirija-se ao dito N.<sup>o</sup> 25, onde achará com quem ajustar.

Quem quizer comprar huma morada de cazis terreas, sita no beco de João Ignacio N.<sup>o</sup> 6, passando S. Francisco da Prainha, procure seu dono que mora nas mesmas, Joaquim da Silva Ferreira.

Na rua do Ovidio N.<sup>o</sup> 49, ha para vender tres engenhos de assucar de ferro, com 24 taxos de diferentes tamanhos.

Quem quizer comprar humas cazas de sobrado na rua da Cadeia, com grades de ferro, se dirija com quintal descendo ja rua dos Ourives para o Paço, lado esquerdo N.<sup>o</sup> 27, procure nas mesmas cazas as pessoas, que ali morão.

Os Bilhetes da Loteria do Real Theatro de S. João, achão-se á venda na rua Direita em casa de Fernando José Ribeiro, na rua do Rozario, na de Antonio José Airoza, e no Theatro; e a venda anda no dia em que se annuncia nos mesmos Bilhetes.

Quem quizer comprar huma morada de cazas terreas sitas no largo do Rocio, da parte da rua do Piolho, procure a Jansario Francisco, que trabalha na Impressão Regia, e mora no largo do Lapa do Desterro, pegado a hum Segeiro.

Querendo publico-se, com a maior brevidade possivel, o Almanack desta Corte, e sendo difficil conseguir os nomes e moradas de todas as pessoas, que devem alli ser mencionadas, principalmente daquellas que não estão incorporadas, como Negociantes, tanto nacionaes, como estrangeiros, Leitores, Medicos, Cirurgiões, &c.; roga-se a cada hum dos Senhores pertencentes a estas classes, que dêem o seu nome, rua e N.<sup>o</sup> da sua habitação na loja da Gazeta, ou na de Manoel Mandillo defronte do Casino. A mesma recommendação se estende igualmente aos empregados em outras repartições, pois semelhantes participações poderião corrigir qualquer engano, que tenha escapado nas Relações, que se tem pedido competentemente. Os que quizerem remetter os dnos avisos em carta fechada, parão no sobredito envelope. — Para o Almanack